



6

FRANCISCO DE OLIVEIRA

**CAPITAL, INFLAÇÃO E EMPRESAS MULTINACIONAIS,
DE CHARLES LEVINSON, EDITORA CIVILIZAÇÃO,
BRASILEIRA, RIO, GB, 1972.**

O livro do sr. Charles Levinson, economista canadense Secretário-Geral da Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Químicas, sediada em Genebra, aborda, de um enfoque mais empirico que teórico, a inter-relação no mundo moderno entre os três termos-títulos: um fator da produção, um fenômeno do processo econômico e uma forma peculiar de organização das atividades produtivas.

Introdutoriamente, o autor dedica-se a um breve exame da inadequação da teoria econômica convencional para tratar os complicados aspectos da vida econômica de hoje. Dessa inadequação ou irrealidade dos pressupostos, resulta que as políticas econômicas (fiscais, monetárias, de salários, de rendas, cambiais) aplicadas pelos países ou estados-nações mais desenvolvidos são completamente ineficazes e inútuas, num mundo em que as empresas macrocefálicas **fazem mais política econômica** que os próprios governos.

A modificação mais importante ocorrida no sistema econômico, segundo o autor, é o fato de que o custo do capital é hoje predominante na composição total dos custos de produção, entendida esta em sentido lato, isto é, incluindo os custos financeiros, de produção propriamente dita, de promoção de vendas, etc. A revolução tecnológica é no fundo a responsável por essa importante mutação da estrutura econômica: o advento dos computadores, o avanço das indústrias de processo em relação às indústrias manufatureiras, a automação, enfim, a robotização da produção. Essa mudança na estrutura econômica provoca uma mudança no ciclo clássico da reprodução do capital: ao invés de períodos erráticos de "boom", depressão e retomada do crescimento, o ciclo de uma economia capitalista madura tende a ser mais longo, menos errático, menos flutuante, sendo menores os períodos de depressão e mais estáveis os períodos de crescimento que se poderia chamar "normais". Como resultado combinado, os preços dos bens e serviços não podem mais continuar ao sabor do mercado, e passam a ser preços "administrados", eliminando um dos fatores de desperdício no sistema econômico.

A empresa multinacional corresponde, em termos de organização das unidades produtivas, a essa nova etapa do sistema capitalista. Ela é, em princípio, uma exigência da técnica: escalas de produção cada vez maiores, imobilizações de capital por tempo muito largo, necessidade de introduzir no sistema produtivo as inovações criadas nos laboratórios; mas, como um *deus ex-machina*, ela é, a partir de determinado momento, criatura e criador: respondendo inicialmente a exigências técnicas, sua atuação acaba impondo novas exigências técnicas. A empresa multinacional atua em espaços multinacionais; interfere politicamente em escala multinacional; opera mercados de crédito que transbordam as fronteiras nacionais mesmo dos países capitalistas mais desenvolvidos.

A empresa multinacional e o multinacionalismo de sua ação tornaram o estado-nação um anacronismo.

O autor examina, com abundância de dados e informações, a ação e a extensão das empresas multinacionais, detendo-se particularmente no exame do núcleo do sistema produtivo de nova índole: o setor industrial dos produtos químicos. O crescimento desse setor e suas exigências tecnológicas, de escala, de capital, redefinem o inter-relacionamento dos fatores da produção e o ciclo de reprodução do capital. Plásticos que substituem o aço e a madeira, produtos farmacêuticos que prometem eliminar a doença da face do mundo, uma revolução na produtividade e no nível de bem-estar das populações. Esse setor estratégico da produção industrial move-se por pressupostos de longo prazo, por isso são inafetáveis pelas políticas econômicas de estilo tradicional; suas demandas de capital projetam uma sombra de inflação permanente.

A inflação permanente que assola a maioria dos países capitalistas mais desenvolvidos — e, de passagem, também muitos dos chamados subdesenvolvidos — decorre, segundo o autor, da inversão das proporções na composição total do produto, em que são agora os custos do capital que detêm a parcela mais importante. Essas novas proporções do custo do capital e, conseqüentemente, do retorno do capital, alimentam uma procura do dinheiro que está na raiz da inflação permanente. Deve-se dizer que aqui se encontra, provavelmente, o mais sugestivo dos temas levantados pelo autor, que entretanto não chega a aprofundá-lo teoricamente. As políticas econômicas de corte tradicional, com suas suposições sobre a natureza e a duração do ciclo econômico, não conseguem atingir nunca o cerne da questão; apenas, quando aplicadas, conseguem produzir o que modernamente se alcunhou de “estag-flação”, que é uma mistura de ocasionais quedas de vendas, quedas de produção, aumento do desemprego e... incremento sistemático dos preços.

O crédito que a teoria convencional costuma dar aos salários na composição do fenômeno inflacionário não tem nenhuma razão de ser, numa estrutura produtiva caracterizada pela proporcionalmente mais alta parcela dos custos do capital e por um ciclo econômico de natureza e duração inteiramente diferentes do convencional. Não apenas os salários reais têm crescido menos que a produtividade industrial, mas sua importância no custo da produção tem decrescido gradual mas firmemente ao longo das últimas décadas; esse fenômeno se agrava com a robotização às portas. São, portanto, anacrônicas e deletérias as políticas econômicas que insistem na contenção dos salários como remédio anti-inflacionário, do que tem resultado apenas uma plora na distribuição da renda, pois se, de um lado, controlam-se os salários, de outro não se controlam todas as formas das rendas do capital.

Por outro lado, não apenas os propositores teóricos e os governos se equivocam nas políticas anti-inflacionárias; boa parte das políticas trabalhistas tradicionais, dos grandes sindicatos norte-americanos e europeus, concebidas para enfrentar fenômenos como a inflação, a estagnação, o desemprego tecnológico, a estagnação dos salários reais, a transferência de partes do processo de produção para países com custos de mão-de-obra mais baixos, são, para o autor, igualmente inadequadas, porque se baseiam nos mesmos pressupostos teóricos, as mais das vezes tão somente com o sinal invertido. A política trabalhista deve tender para uma ação em escala igualmente multinacional e, além do mais, deve reivindicar também a propriedade para os trabalhadores. Pois se são os custos do capital que têm maior ponderação no custo total e os retornos do capital que constituem a fração mais gorda do Produto Total, não tem sentido para o trabalhador reivindicar apenas o que corresponde ao fruto direto do seu trabalho; desde que este é declinante como parte do Produto Total, somente faz sentido reivindicar também parte da propriedade do capital, que é a fração crescente do "bolo".

O livro de Levinson merece, sem nenhuma ironia, uma atenta leitura, pois trata de um problema crucial, qual seja, a mudança na estrutura econômica e no ciclo de reprodução do capital. Teórica e doutrinariamente, a contribuição do autor não é original. Ele se filia claramente ao John Kenneth Galbraith do "Novo Estado Industrial" e expõe com riqueza de dados o que em Galbraith são intuições e indicações acerca de um novo modo de produção, o mundo em que os proprietários do capital — os acionistas — não mais comandam o comportamento de sua propriedade e em que os tecnocratas são a "nova classe" no ápice da estrutura do poder. Essa posição teórica e doutrinária tem sido posta em questão desde o aparecimento do livro referido de Galbraith e a refutação mais pertinente consiste em demonstrar que a emergência dos tecnocratas não é mais que um aspecto da diferenciação da divisão social do trabalho; isto não muda a estrutura básica de relações do sistema capitalista, mas corresponde ao que teoricamente foi formulado por Paul Baran e Paul Sweezy no conhecido "Capitalismo Monopolista" e às recentes elaborações da esquerda francesa sobre o capitalismo monopolista de Estado. Isto é, uma nova etapa do sistema capitalista, que se iniciou sob as formas da concorrência perfeita, base da doutrina liberal.

A fraqueza da posição teórica e doutrinária do autor mostra, apenas, um aspecto da confusão em que anda metida boa parcela do movimento trabalhista internacional; não por acaso, ele é Secretário-Geral da Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Químicas. Revela um desconhecimento das teses básicas do movimento socialista e do pensamento de autores como Marx, cujo conceito da "composição orgânica do capital" constituiu-se, de há muito, uma ferramenta indispensável para

a compreensão das mutações do sistema econômico capitalista, em que justamente a predominância dos custos do capital sobre os custos do trabalho já era anunciada como o momento que denunciava a contradição básica de um sistema de produção essencialmente social, mas cujos frutos são apropriados privadamente. Isto é, há uma mudança crucial no ciclo da reprodução capitalista, e essa mudança é a causa estrutural para as novas formas de reprodução e circulação do dinheiro, de que a inflação permanente e a "estag-flação" são sintomas.

O autor não opõe nações entre si, tentando mostrar justamente o oposto, isto é, de que "lá como cá, más fadas há". Apesar de sua filiação teórica e doutrinária, e apesar do risco de naufrágio no Nirvana dos computadores e das indústrias de processo que ele corre no terceiro capítulo, ele no fundo sabe que existem relações sociais de produção encobrindo a aparência da tecnologia. Daí, sua proposição final de que os trabalhadores participem também da propriedade do capital — o que é uma contradição com a tese de que já não há proprietários de capital, mas administradores; esta proposição situa-se nos limites do reformismo, pois ele não propõe que a propriedade passe a ser inteiramente dos trabalhadores. A confusão de oposição entre nações corre por conta do editor brasileiro: o chamamento do autor é para um multinacionalismo da classe operária — parte de uma antiga canção também às vezes esquecida — que se oponha correspondendo ao multinacionalismo das empresas. Aí pode-se encontrar de novo um aspecto do seu reformismo, pois a antiga canção chamava de fato os operários para uma ação internacional, o que é algo diferente de multinacional, e propunha a propriedade para os trabalhadores e não uma co-propriedade.

Mas, pode-se descartar totalmente a idéia de "nacionalidade" da propriedade? Estaremos, de fato, ante um mundo multinacional? A parte o erro grosseiro, derivado de sua filiação galbraithiana, de pôr num mesmo saco empresas de países capitalistas e empresas de países socialistas, confundindo aí formas de acumulação de excedente com identidade de sistemas e níveis de desenvolvimento das forças produtivas, que tanto no mundo capitalista como no mundo socialista se expressam através das indústrias chamadas dinâmicas, inexistente hoje uma propriedade "nacional" dos meios de produção no mundo capitalista? As próprias informações do autor e as tabelas constantes do seu livro indicam sempre que a General Motors é americana, que a Saint Gobain é francesa, que a Union de Banques Suisses é suíça e assim por diante. Confundir os chamados "refúgios tributários" — a própria Suíça, o Panamá, as Bahamas, o inexpressivo Luxemburgo — com multinacionalismo é confundir a nuvem com Juno. O próprio autor mostra, ao contrário, que o controle dos fluxos monetários, a substituição na balança de pagamentos das exportações e importações de bens e mercadorias por exportações e importações de serviços e capital, é

apenas a nova forma da divisão social do trabalho no mundo capitalista, mudança importante sem nenhuma dúvida, mas por si só insuficiente para descartar a idéia da propriedade "nacional" e pôr no lugar dela uma propriedade "multinacional". Em lugar do multinacionalismo, a idéia mais consistente é algo parecido com um processo de internacionalização, isto é, entre nações — num mundo poli-hegemônico ou cuja hegemonia indisputada dos Estados Unidos da América desaparece velozmente.

Por outro lado, o autor não se dá conta de que, muitas vezes, a inadequação das políticas econômicas dos governos reflete apenas o movimento mais geral e mais abrangente de homogeneização do capital, isto é, de liquidação das pequenas empresas, de eliminação das práticas concorrenciais, abrindo caminho para a ação das empresas que ele chama multinacionais. Pensar que as políticas econômicas inadequadas acabam sempre por produzir resultados favoráveis às grandes empresas não é restaurar a "mão da providência"? Não há uma frase célebre do nunca esquecido sr. Foster Dulles, de que o que é bom para a Standard Oil é bom para os Estados Unidos? É verdade que a teoria econômica convencional está posta em xeque hoje: nomes tão respeitáveis como os de Wassily Leontief e Joan Robinson, em alocações recentes nas reuniões da American Economic Association, chamam a atenção para a irrelevância dos postulados neo-clássicos e marginalistas frente à complexa realidade dos nossos dias. Mas, o "bom infinito" hegeliano tem suas "perversidades", como diria José Arthur Giannotti: a reprodução do capital — o "bom infinito" — passa necessariamente pela liquidação das pequenas empresas e produz teorias e economistas do estofo do sr. Paul Samuelson, Premio Nobel de Economia, entre cujas tarefas está a de despolitizar a economia e apresentá-la como uma ciência das coisas.

O livro do sr. Charles Levinson ajuda a compreender os principais aspectos da política econômica posta em prática no Brasil a partir de 1964. Neste sentido, Levinson teria que elogiá-la por sua consistência e coerência com o princípio básico de que o crescimento econômico capitalista hoje passa necessariamente pela criação de condições para a atuação das grandes empresas, das empresas de tipo monopolístico. Neste sentido, seria ela heterodoxa em relação à política econômica posta em prática em outros países capitalistas? Penso que não; ela se suporta quase que inteiramente sobre procedimentos adotados em outros países capitalistas, de que o escândalo Chaban-Delmas é bem ilustrativo: o insigne ex-primeiro-ministro da França não pagava imposto de renda, servindo-se dos dispositivos legais que, na França como no Brasil, habilitam as pessoas de altas rendas a não pagarem imposto de renda desde que invistam. A política econômica posta em prática desde 1964 no Brasil visa exatamente facilitar a vida do grande capital: a legislação de depreciação acelerada com isenção do im-

posto de renda, os incentivos fiscais para empreendimentos nas áreas da SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDEPE, IBDF, a legislação do mercado de capitais, o decreto 157, os incentivos às fusões, a fixação de preços monopolísticos pelo Conselho Interministerial de Preços, o "saudável" sopro inflacionário mantido pelas correções monetárias, o crescimento da dívida externa através da resolução 63, o decreto 1.236 de "transplante" de unidades inteiras de produção, e, não paradoxalmente, o "arrocho" salarial, são medidas elas todas que somente levam água ao moinho das grandes empresas, tentando estruturar o crescimento da economia brasileira extamente sobre o desempenho das grandes corporações, os chamados "conglomerados" por uns e "empresas multinacionais" por outros. Um aspecto que é tido como secundário por alguns no Brasil, é que essas políticas levam ao crescimento das disparidades da renda, o que não seria bom, para o sr. Levinson; mas, convenhamos, esta é uma contradição do reformismo-galbraithianismo do sr. Levinson, e não da política econômica brasileira.

O hibridismo da política econômica dos anos de poder do sr. Roberto Campos, que levou a uma espécie de "estagnação", residia em que ele tentava combinar as medidas destinadas a facilitar a vida do grande capital de par com seus preconceitos teóricos. A "genialidade" da administração fazendária que se seguiu à do sr. Campos, reside simplesmente em aplicar os instrumentos de liberalização do capital propostos pelo mesmo sr. Roberto Campos, sem os preconceitos teóricos que lhe lastreavam a mente muito culta.

Para todos os efeitos, a política econômica pós-64 tem todas as marcas de uma estratégia "A la multinacional" e, não por acaso, tem também todos seus resultados: o crescimento dos setores produtivos comandados pelos grandes trustes — eufemisticamente chamados empresas multinacionais — a concentração da renda, a realimentação do processo inflacionário com o instituto da correção monetária, uma política de salários que quer ter como parâmetro de sua fixação a produtividade global da economia e não a produtividade de cada setor e até de cada indústria. Seu resultado mais geral no entanto é criar as condições para que a empresa monopolística se desempenhe bem. Alguns tolos podem retrucar dizendo que rigorosamente não há nenhuma empresa monopolística no Brasil, pois nenhuma detém sozinho o controle de algum setor produtivo, mas isso é um argumento que somente satisfaz a própria tolice de quem assim entende a questão. O Conselho Interministerial de Preços é bem a marca dessa política econômica: as empresas manipulam os preços, que são endossados pelo Conselho e no fundo o CIP é a expressão daquilo em que se transformou a economia brasileira: algumas dezenas de empresas ditam os caminhos da economia nacional. Vale a pena verificar se nesse estranho clube estão presentes as chamadas "multi-

nacionais". Tome-se por exemplo, a tabela IV do livro de Levinson, onde estão os 100 PNBs mais altos do mundo em 1969, alinhando entre eles alguns países e grandes empresas internacionais; comparemos com as empresas que são consideradas as maiores no Brasil, segundo o "Quem é Quem na Economia Brasileira", da Revista Visão, 14/28 de agosto de 1972. A tabela abaixo resume a comparação:

PRINCIPAIS EMPRESAS INTERNACIONAIS E SUA EXISTÊNCIA NO BRASIL

| N.º que expressa sua importância na lista de Levinson | Nome da empresa | Existência no Brasil | Posição em 200 milhões de dólares |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| 15. | General Motors | Sim | 28.º |
| 20. | Standar Oil New Jersey | Sim | 43.º |
| 21. | Ford Motor | Sim | 29.º |
| 26. | Royal Dutch/Shell | Sim | 41.º |
| 32. | General Electric | Sim | 32.º |
| 34. | IBM | Sim | |
| 37. | Mobile Oil | Sim | |
| 41. | Unilever | Sim | 154.º |
| 42. | Texaco | Sim | 73.º |
| 45. | ITT (+ Grinnel) | Sim | |
| 49. | Gulf Oil | | |
| 50. | Western Electric | Sim | |
| 51. | U. S. Steel | Sim (*) | |
| 54. | Standard Oil of California | Sim | 43.º |
| 56. | Ling-Temco-Vought | | |
| 57. | Du Pont | Sim | |
| 58. | Philips | Sim | 76.º |
| 59. | Shell Oil | Sim | 41.º |
| 60. | Volkswagenwerk | Sim | 15.º |
| 61. | Westinghouse Electric | Sim | |
| 62. | Standard Oil Indiana | Sim | 43.º |
| 63. | British Petroleum | | |
| 65. | General Telephonic & Electronics | Sim | |
| 66. | Imperial Chemical | Sim | |
| 67. | Goodyear Tyre & Rubber | Sim | 62.º |
| 68. | RCA Victor | Sim | |
| 71. | Swift | Sim | 132.º |
| 73. | McDonnell-Douglas | | |
| 74. | Union Carbide | Sim | 60.º |
| 75. | Bethlehem Steel | Sim (**) | 47.º |
| 76. | British Steel | | |
| 77. | Hitachi | | |
| 78. | Boeing | | |
| 80. | Eastman Kodak | Sim | |
| 81. | Procter & Gamble | Sim | |
| 82. | Atlantic Richfield | Sim | 79.º |
| 83. | North America Rockwell | Sim | 90.º |
| 84. | International Harvester | Sim | |
| 85. | Kraftco | | |
| 86. | General Dynamics | | |
| 87. | Montecatini Edison | Sim | |
| 88. | Tenneco | | |
| 89. | Siemens | Sim | |
| 90. | Continental Oil | | |
| 91. | United Aircraft | | |
| 92. | British Leyland | | |
| 94. | Daimler-Benz | Sim | 35.º |
| 95. | Fiat | Sim | |
| 96. | Firestone | Sim | 67.º |
| 97. | August Thyssen-Hutte | | |
| 98. | Toyota | Sim | |
| 99. | Farbwerk Hoechst | Sim | 179.º |
| 100. | BASF | Sim | |

(*) Associada no Brasil à Vale do Rio Doce, na Meridional de Mineração.

(**) Associada no Brasil ao Grupo Antunes.

Verifica-se, assim, que das 53 empresas "multinacionais" constantes da relação do livro de Charles Levinson, como membros do seletto grupo de corporações que controlam a produção e as finanças internacionais (Levinson excluiu dessa lista os Bancos) pelo menos 38 delas têm negócios no Brasil, tendo aqui instaladas filiais (é possível que esse total esteja subestimado, pois às vezes a razão social internacional não está presente na razão social da empresa no Brasil). E, mais que isso, 21 delas estão no seletto clube de grandes empresas com atividades no Brasil, lista essa que praticamente incluiria todas as grandes "famílias" internacionais, se ao invés das 200 maiores, tivéssemos ampliado a lista para as 500 maiores. Assim, no "milagre" brasileiro estão presentes todos os "santos" da corte internacional. Seria estranho, portanto, que os rumos da economia brasileira não tivessem sido, nos últimos anos, aqueles apontados nos parágrafos anteriores, e mais estranho que a política econômica não os tivesse beneficiado direta e indiretamente.

Nesse estranho clube em que se transformou a economia brasileira, os trabalhadores comparecem como Passepartout, o engraçado e desastrado criado do sr. Philéas Fogg: somente para atrapalhar a vida dos ricos. Mas, como na genial criação de Julio Verne, mesmo todas as trapalhadas de Passepartout não fazem mais que agregar "charme" à performance do sr. Philéas Fogg: ele — o capital — chegará ao seu clube — sua reprodução sempre ampliada — pontualmente e ganhará a aposta: sua taxa do lucro sempre crescente. Passepartout, por certo, terá mudado de status: de *chaumeur* costumeiro devido à sua desqualificação — as grandes massas brasileiras — ele ascenderá à condição de criado de um Sir — operário das grandes empresas multinacionais — mas permanecerá sempre criado.